



DIREITO DO DESPORTO

Os advogados já estão em campo mas optam por tácticas diferentes

O futebol está a marcar mais golos nos escritórios de advocacia. O que muda é a táctica das sociedades

DIogo CAVEIRO
diogocavaleiro@negocios.pt

Um jogador muda de clube e alguém tem de redigir o contrato. Um clube tem de constituir uma sociedade anónima desportiva (SAD) e alguém tem de acompanhar o processo. Um evento é programado e alguém tem de assegurar que os patrocínios não falham. Os advogados são esse "alguém". E são cada vez mais chamados a entrar nestas partidas.

"O desporto deixou, há muito, de ser apenas uma actividade física e de lazer. Como é natural, a procura de serviços jurídicos nesta área tem vindo a acompanhar esse crescimento em número e importância dos negócios", comenta Paulo Rendeiro, da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva, que criou uma equipa autónoma para acompanhar esta área. São 10 advogados, vindos de distintos ramos do direito, desde o administrativo ao civil, que se orgulham de ter como clientes "e sem citar nomes, o melhor jogador, o melhor treinador e o melhor agente" no que ao futebol diz respeito.

Os principais trabalhos na sociedade passam pela representação de agentes, pelos contratos de direitos de imagem, pela fiscalidade e pelas transferências. "Isso implica estar disponível para viajar a qualquer momento sem pré-aviso, em especial durante as 'janelas de transferências', quando o fluxo de transacções é muito intenso", adianta Rendeiro.

Cada vez mais, a actividade desportiva tem mais importância para a realidade jurídica.

JOÃO PAULO TEIXEIRA MATOS
Garrigues

Com crescimento dos negócios, sentiu-se necessidade de criar uma área autónoma.

PAULO RENDEIRO
Morais Leitão

Se alguém disser que é especialista em direito do desporto é caso para desconfiar.

DIOGO LEOTE NOBRE
Cuatrecasas, Gonçalves Pereira

Janeiro e meses de Verão dão mais trabalho jurídico

É também durante as épocas de transferências – Verão e Janeiro – que a Abreu Advogados tem mais trabalho na assessoria jurídica ao desporto. Este ano, a essa época balnear somou-se o apoio que deu a clubes de futebol da primeira liga, que foram obrigados a constituírem-se como sociedades anónimas desportivas ou como sociedades por quotas. A resposta jurídica ao desporto começou a ser dada na Abreu em 2006. Agora, sete anos depois, contam-se 15 advogados inscritos, embora oito concentrem grande parte do trabalho. Da sua experiência, Fernando Veiga Gomes, à frente da equipa, explica que os principais clientes são investidores, atletas e os clubes de média dimensão. As maiores equipas têm estruturas jurídicas próprias (precisam de assessoria apenas em casos específicos). Os mais pequenos não têm capacidade para pagar a sociedades.

Segundo Veiga Gomes, há ainda trabalho a fazer. É necessário apostar na "advocacia preventiva": os clubes têm de receber assessoria jurídica antes de tomarem as decisões para, depois, não terem problemas como eventuais contratos errados.

Autonomizar área de prática para atrair agentes internacionais

Com uma outra posição no campo do direito do desporto, a Vieira de Almeida está a equacionar a criação de um departamento autónomo, no âmbito da reestruturação que irá ocorrer no espaço de



um ano. "Sem autonomizar a área, os agentes internacionais não olham de forma suficientemente séria", concretiza Paulo Olavo Cunha. Os direitos de transmissão televisiva, as apostas online e o Tribunal Arbitral podem vir a dar trabalho que justifiquem esse investimento.

A Cuatrecasas também não tem uma equipa mas dispõe de um grupo de trabalho com pessoas de várias áreas. Aqui, não se fala em especialistas do direito do desporto. "Se alguém disser que é especialista em direito do desporto é caso para desconfiar", diz Diogo Leote Nobre, da Cuatrecasas. Só as associações com grandes clientes é que conseguem justificar uma área autónoma, porque geram uma grande facturação. Os outros escritórios, mais ligados a questões específicas, não precisam de uma equipa inteiramente dedicada.

Perante a maior importância do desporto para a realidade jurídica, a Garrigues adoptou essa táctica. O escritório assume, como assinala João Paulo Teixeira Matos, a opção de não constituir uma equipa independente já que vai buscar profissionais consoante cada caso. O desporto é uma indústria, tal como a banca ou as farmacêuticas. Não faz sentido ter especialistas porque, embora até existam questões mais exclusivas do desporto, a aplicação do direito nestes casos é geral.

CINCO EQUIPAS, O MESMO JOGO

Não há uma especialidade em Direito do Desporto. Existem, sim, advogados de vários campos do Direito. Mas valerá a pena criar departamentos específicos para lidar com as questões desta área? Cinco sociedades respondem.



Futebol concentra negócios

O futebol agrupa quase todos os negócios que envolvem o direito do desporto. "O futebol concentra quase tudo. Nas outras modalidades, o dinheiro é pouco", sintetiza Diogo Leote Nobre, da Cuatrecasas. A preparação de grandes eventos, que obriga à realização de obras, a pedidos de licenças, a contratos de patrocínios, obriga à assessoria jurídica. Mas é preciso que existam acontecimentos deste tipo em Portugal, o que tem sido raro. O Tribunal Arbitral do Desporto, as apostas online e a internacionalização, como enfatiza Veiga Gomes, da Abreu (na foto parte da equipa dos advogados desta sociedade que se dedicam ao direito do desporto) podem ser outros futuros motores para esta área de prática.

Moraes Leitão tem uma unidade para "grandes" clientes



Paulo Rendeiro explica que a facturação com o desporto cresceu nos últimos 5 anos.

Desporto na Abreu quer apostar na internacionalização



Liderada por Veiga Gomes, a equipa da Abreu conta com 15 advogados inscritos.

Vieira de Almeida pensa em criação de departamento



Paulo Olavo Cunha conta que a VdA está a considerar uma autonomização do desporto.

Garrigues não vê necessidade de ter área individual



A assessoria da Garrigues é feita mais a atletas do que aos clubes, segundo Teixeira de Matos.

Cuatrecasas vê futuro mas não tem equipa autónoma



Diogo Leote Nobre dedica-se ao direito laboral, mas também trabalha com desporto.

O "crescimento exponencial" dos negócios à volta do desporto, desde representação de agentes, transferências, direitos de imagens, levou a Moraes Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva a criar uma unidade de prática autónoma. Da equipa, fazem parte cerca de 10 advogados, sob coordenação de Carlos Osório de Castro e Francisco Cortez. A sociedade acredita que o "amadorismo paga-se caro" e, por isso, optou por criar esta equipa especializada, com advogados vindos de áreas como o fiscal e o civil, como explicou o advogado Paulo Rendeiro. A Moraes Leitão orgulha-se de assessorar, "por feliz coincidência, e sem citar nomes, o melhor jogador, o melhor treinador e o melhor agente". Estes clientes ajudam a explicar porque é que a facturação assume um "papel crescente" nas contas da sociedade de advogados.

As janelas de transferência são, por norma, os momentos em que a equipa do direito de desporto da Abreu Advogados tem mais trabalho. Neste Verão, houve um trabalho adicional dado que os clubes estavam obrigados a constituir sociedades anónimas desportivas ou sociedades por quotas, movimentos em que a sociedade prestou assessoria. Foi a equipa de desporto que lidou com este assunto na Abreu. O grupo ganhou forma em 2006 mas foi no ano seguinte que assumiu um maior impulso. Com clientes no futebol e noutros desportos, como no motociclismo, Fernando Veiga Gomes lidera uma equipa multidisciplinar com 15 pessoas inscritas. "Não é uma equipa exclusiva, não há ainda essa necessidade", explica o advogado. O escritório acredita que há espaço para crescer com a profissionalização mas quer apostar fora do país.

A Vieira de Almeida poderá contar, dentro de um ano, com uma unidade autónoma para o desporto. Ainda é uma decisão que está a ser equacionada e que será resolvida na reestruturação da sociedade. Enquanto não há uma estrutura autónoma, as grandes competições chamam a atenção da firma. Um dos exemplos foi a preparação da candidatura de Espanha ao Campeonato do Mundo de 2018. A revisão de documentos e as propostas de alterações legislativas são exemplos dos trabalhos que têm de ser feitos nesses eventos, segundo descreve Paulo Olavo Cunha. Os direitos de transmissão televisiva também têm espaço na VdA e poderão ter ainda mais no futuro. As apostas online, sob atenção do advogado António Mendes de Almeida, ainda têm um grande espaço a percorrer em Portugal.

Um jogador de futebol está envolvido com direito laboral, direito financeiro, direito de imagem. Mas estas são áreas não exclusivas do futebol. "Se há coisas mais exclusivas, há outras que são de aplicação mais geral". É por isso que a Garrigues optou por não ter uma estrutura autonómizada para tratar do ramo do desporto, segundo explica João Teixeira Matos. Tudo é montado conforme o caso, até porque, como é uma sociedade ibérica, conseguem-se constituir equipas mais abrangentes. O desporto é equivalente a outras indústrias, como a farmacêutica, o automóvel, a banca, segundo Teixeira Matos. No ramo desportivo, a assessoria da Garrigues é feita mais aos desportistas, em termos individuais, do que aos clubes. Mas também se trabalham eventos - e é aqui que se pode apostar mais.

O desporto é uma área com futuro, na óptica da Cuatrecasas-Gonçalves Pereira ainda que o caminho seja longo. Uma das "grandes expectativas" é que o Tribunal Arbitral do Desporto, actualmente com problemas constitucionais, possa ter um "efeito multiplicador" que dinamize o sector. A Cuatrecasas não conta com um departamento autónomo para este segmento de mercado. "Os profissionais são chamados de outras áreas. O que há é um grupo de trabalho que se reúne regularmente", conta Diogo Leote Nobre, que lidera esse grupo, em que também participa Rui Vaz Pereira. Ambos vêm do Laboral e, segundo afirmam, o grupo surgiu no escritório de uma "forma natural": advogados de várias áreas que se juntaram, como forma de responder aos vários casos. Contudo, o desporto precisa de crescer mais em Portugal.